

“Investimentos no Brasil dependem de plano econômico consistente”

por **Ângela Bittencourt**
de São Paulo

“A efetivação de investimento no Brasil — resultado da conversão do valor principal da dívida externa que está parado no Banco Central (BC) ao longo de meses e anos futuros se apoiará sobre a realidade: a confirmação da estabilidade institucional, resultado da Constituinte em elaboração, além de um plano econômico consistente e com os pés plantados na realidade que vive o País”.

Essa colocação foi feita do principal responsável pelo Citicorp Investment Bank no Brasil, Antônio Boralli, que acredita que a intenção de investir no Brasil se baseia numa visão positiva de prazo mais longo.

Boralli explica que quanto menor for o desconto no preço de um título da dívida de um País maior é a possibilidade de acesso dessa economia a outros mercados de captação de recursos, como bônus, “commercial papers” ou venda de cotas de fundos de ações.

Essa é a idéia defendida por Boralli que parte do princípio de que o principal objetivo do governo brasileiro é obter um crescimento econômico auto-sustentável e precisa de “funding” externo. Para isto, é necessário fazer com que os títulos de sua dívida

sejam negociados próximo ao par.

É nesse contexto que Boralli explica a importância de um projeto de conversão de dívida que seja o mais aberto possível. “É preciso ampliar o acesso do maior número possível de participantes e com o menor número de restrições.” Como atualmente há um número restrito de participantes no mercado de títulos, as operações não têm agilidade, nem plena transparência de preço, pois a operacionalização é trabalhosa.”

Boralli complementa assegurando que quando se criam mecanismos através dos quais centenas de investidores possam participar das operações com os papéis, ou ter acesso a investimentos no País, a consequência imediata é a redução do desconto sobre os preços dos títulos.

A proposta de conversão da dívida do Citibank para o Brasil, esclarece Boralli, é a de um credor que passa ter a visão mista de investimento.

“A nível de corporação, a instituição torna-se um intermediário financeiro, que pretende fazer uma carteira diversificada de investimento.”

A conversão poderia proporcionar a participação acionária em empresas, através de investimento direto com negociações bilaterais com um acionista interessado em se desfazer



Antônio Boralli

de sua participação na empresa, por exemplo.

A longo prazo, esse tipo de possibilidade seguramente daria liquidez aos papéis das empresas, criando um clima de retomada de investimentos.

Para existir, a conversão exige alguns pré-requisitos, diz Boralli. O principal deles é a intenção do País de investir. Uma outra alternativa para viabilizar o investimento é através do mercado secundário, que, indiretamente, está dando liquidez às empresas ou, ainda, subscrever emissões de novas ações.

Boralli observa que, sem restrições, o capital de risco acaba procurando naturalmente os projetos de maior prioridade ao desenvolvimento do País. “O capital de risco é o mais inteligente que existe. Ele vai

em busca dos melhores retornos e segurança possível. Corre atrás de projetos ligados ao setor exportador e de empresas bem gerenciadas com estrutura de preços para seus produtos competitivos a nível institucional. Não é preciso, por exemplo, dizer que o setor de papel e celulose é importante para o Brasil, porque é sabido que neste País o eucalipto demora cinco anos para crescer, enquanto na Suécia demora quinze anos.”

Restrições no acesso ao País de número maior de investidores, acredita Boralli, ou, ainda, quanto à forma e ao momento em que se deve colocar o dinheiro em projetos, apenas tornam mais vagarosa a conversão da dívida. Leva mais tempo para ter alguma importância no quadro geral.

Boralli explica que a conversão traz maior flexibilidade para que o País se aproxime do mercado voluntário, além de facilitar a negociação com os credores, pois deixa de limitar a negociação a algumas centenas de parceiros. “O mundo mudou desde 1982, praticamente quando o Brasil deixou o mercado voluntário de captação de recursos. O mercado de títulos funciona 24 horas por dia e é preciso que o Brasil se ajuste a esta nova sistemática”, conclui o executivo do Citi.